

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



ESPECIALIZAÇÃO
DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO INCLUSIVA
NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS NATURAIS

▶ **NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS DO SURDO**

Prof. Msc. Josue Shimabuko Buracof Junior
Prof. Msc. Tatianne Fernanda Lopes Haroim
Prof. Msc. Dinaura Batista de Pádua

2017

Universidade Federal de Mato Grosso
Secretaria de Tecnologia Educacional

EXPEDIENTE



MÓDULO IV

DIVERSIDADE II - NECESSIDADES EDUCACIONAIS DO SURDO

Josue Shimabuko Buracof Junior

Prof. Mestre em Ensino de Ciências Naturais
Depto. de Letras/Instituto de Linguagens/UFMT

Tatianne Fernanda Lopes Hardoim

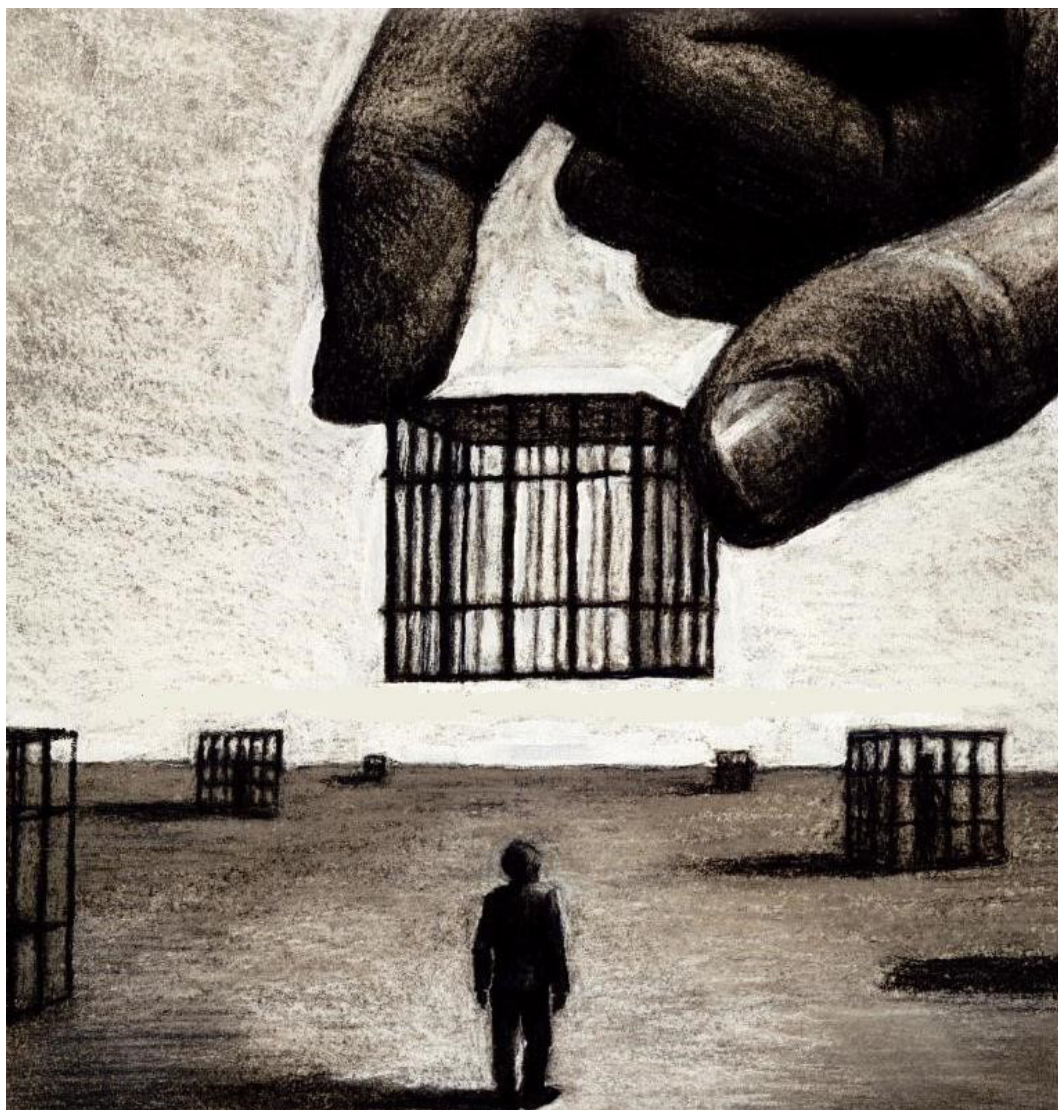
Profª Mestra em Ensino de Ciências Naturais
Depto. de Letras/Instituto de Linguagens/UFMT

Dinaura Batista de Pádua

Profª Mestra em Estudos Linguísticos
Depto. de Letras/Instituto de Linguagens/UFMT

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1: AS CAUSAS DA SURDEZ	07
CAPÍTULO 2: DEFICIENTE AUDITIVO, SURDO OU SURDO-MUDO?.....	11
CAPÍTULO 3: LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE LIBRAS.....	20
CAPÍTULO 4: INCLUSÃO E BILINGUISMO	24
CAPÍTULO 5: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ALUNO SURDO	31
CAPÍTULO 6: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ALUNO SURDO NO CONTEXTO DAS CIÊNCIAS NATURAIS	35
REFERÊNCIAS.....	41



Fonte : Imagens da internet

“Amar não significa tornar o outro adaptado,
submisso ou semelhante a nós.
Amar significa libertá-lo,
deixá-lo livre, deixá-lo viver.”

Penny Mc Lean

Caros e caras cursistas, sejam bem-vindos à disciplina Necessidades Educacionais Especiais do Surdo.

Neste módulo, aprenderemos um pouco sobre quem é o sujeito surdo, sobre a sua língua natural, além de outras especificidades que o mesmo necessita para estar incluso em sala de aula regular. Refletiremos sobre o papel do professor quando se depara com a diversidade de alunos que apresentam diferentes necessidades e, no caso do surdo, como se comunicar com este sujeito e possibilitar uma aprendizagem eficaz.

Utilizaremos vídeos, artigos e atividades que irão auxiliá-los na mediação pedagógica, com o objetivo de fornecer subsídios para compreender o aluno surdo, bem como o processo de ensino-aprendizagem de forma inclusiva.

Aproveitem. Estaremos juntos nessa caminhada para vencermos os obstáculos que encontrarmos!

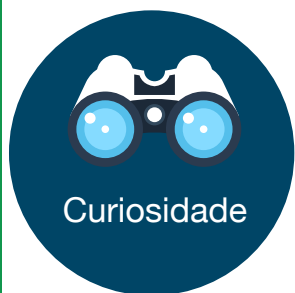
Os autores

1. AS CAUSAS DA SURDEZ

Iniciaremos nosso aprendizado entendendo primeiramente como ocorre a surdez e a influência na vida do sujeito surdo. Inúmeras são as causas para que um indivíduo perca o sentido auditivo, podendo ser intrauterinas ou pós-natais, conforme introduzido no Módulo II.

Primeiramente, trataremos da surdez decorrente de complicações na gestação ou no parto. Como exemplificações, temos a prematuridade do bebê ou baixo peso; traumas físicos durante o parto, geralmente resultado de doenças fetais ou mesmo pela falta de oxigenação no cérebro na hora do nascimento; Eritroblastose fetal, doença conhecida como hemolítica, que se manifesta durante a gravidez por conta da incompatibilidade sanguínea de Rh entre a mãe e o feto. Nesta doença, o sangue da mãe produz anticorpos que chegam até a circulação do feto, destruindo as suas hemácias. Quando o feto consegue sobreviver, uma das possíveis sequelas é a surdez.

A perda da audição também pode ocorrer por fatores externos, sendo os mais comuns: sequelas de doenças como sarampo, rubéola, caxumba ou meningite. No Brasil, esta última é a mais comum. Por isso, é necessário o acompanhamento médico no período pré-natal. Em consonância, as políticas públicas precisam ser eficazes para a prevenção de tais doenças.



Recentemente, com a epidemia de Dengue e Zika, muitas crianças que nasceram com a microcefalia também adquiriram a surdez como sequela dos vírus. Caso se interesse, confira nessa reportagem.

<http://saude.estadao.com.br/noticias/geral,infeccao-por-zika-pode-provocar-surdez-nas-criancas-mostra-estudo,10000072951>

Além das doenças citadas, drogas ototóxicas¹ e medicamentos como antibióticos muito fortes podem causar danos ao sistema auditivo. Daí a importância de não ingerir medicamentos sem uma prescrição médica, sobretudo em crianças com poucos anos de vida.

¹ Algo que tem efeito tóxico sobre sistema auditivo.

Como fatores externos, temos também a ocorrência de traumas físicos, quedas, fortes batidas na cabeça ou a inserção de objetos no ouvido que possam perfurar o tímpano. Tais causas podem afetar diversas estruturas internas que compõe o sistema auditivo ocasionando a perda auditiva.

Traumas acústicos também são fatores que podem lesionar o aparelho auditivo. Deixar bebês em ambientes altamente acústicos pode causar perda auditiva momentânea, progressiva ou até mesmo a surdez. A percepção quanto ao volume dos sons estarem altos a ponto de se tornarem prejudiciais é de difícil observação. O som, quando escutado em um volume muito alto, pode ocasionar prejuízo à audição em curto ou longo prazo.

Segundo a autora Carmonize (2012, p. 15), os principais termos técnicos para perda auditiva são:

- **Hipoacusia:** Redução de sensibilidade auditiva, sem alterar a qualidade da audição. A amplificação da fonte sonora possibilita uma audição adequada;

- **Disacusia:** Distúrbio da audição em que há a perda na qualidade sonora e não na intensidade do som. Neste caso, aumentar a intensidade da fonte sonora não garante o entendimento do significado das palavras.

- **Anacusia:** Ausência total do reconhecimento e da percepção dos sons.

Ainda para Carmonize (2012), as perdas auditivas podem ser:

- **Perda auditiva condutiva:** interferência na transmissão do som desde sua captação pelo pavilhão auricular, na orelha externa, até a cóclea, situada na orelha interna. A orelha interna possui a sua função normalizada, mas não é estimulada pela vibração sonora devido algum impedimento. Esta é uma perda que pode, em alguns casos, ser reversível.

- **Perda auditiva sensorineural:** relacionada a orelha interna, especificamente a cóclea. Dá-se em caso da impossibilidade de percepção do estímulo sonoro por lesão coclear, geralmente relacionada às células ciliadas ou ao nervo auditivo.

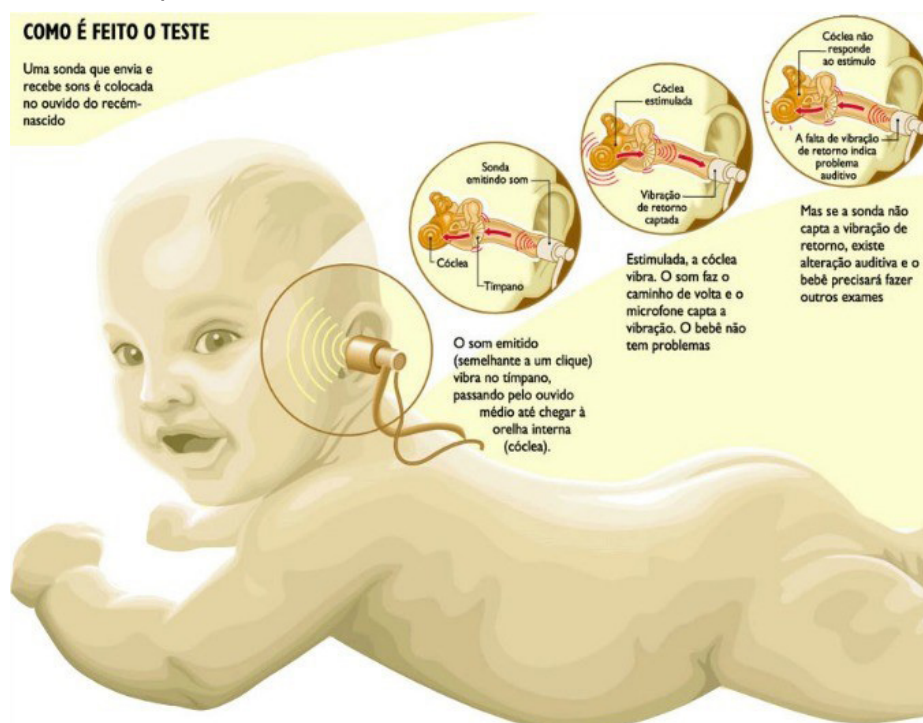
- **Perda auditiva mista:** refere-se a um comprometimento que envolve tanto uma perda condutiva quanto uma perda sensorineural, ou seja, há uma alteração na recepção

do som, assim como uma lesão coclear.

• **Perda auditiva central:** disfunção auditiva central ou surdez central: não é uma perda que necessariamente será acompanhada de uma diminuição da sensibilidade auditiva. Ela se manifesta por diferentes graus de compreensão sonora e se relaciona a alterações nos mecanismos de processamento auditivo no tronco cerebral, ou seja, no sistema nervoso central.

O diagnóstico das perdas auditivas é feito, em um primeiro momento, por meio da Triagem Auditiva Neonatal – TAN, popularmente conhecida como teste da orelhinha, obrigatório e gratuito em todo território nacional. É realizado com auxílio de um fone conectado a um computador que emite sons e recolhe respostas auditivas no momento em que o bebê dorme. Não há contraindicações no teste.

Sabemos que existe a possibilidade da perda auditiva em outras fases da vida, para além do período de se realizar o teste da orelhinha. Nos casos de problemas auditivos durante a vida, para se diagnosticar a perda auditiva, realiza-se o teste de Audiometria, um estudo quantitativo que determina as possibilidades de qualidades acústicas da orelha, ou seja, o que a pessoa escuta, por meio dos limites de intensidade do som.

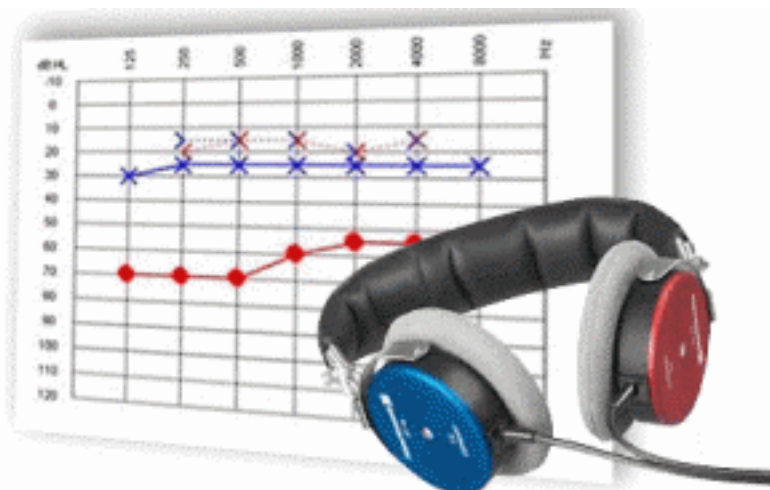


Teste da orelhinha
Disponível em:

<http://brasilecola.uol.com.br/fonoaudiologia/a-importancia-teste-orelhinha-nos-bebes-recemnacidos.htm>

Audiometria
Disponível em:

<http://blog.maxxiauditiva.com.br/o-que-e-o-exame-de-audiometria/>



O teste é realizado por um fonoaudiólogo em uma cabine especial para evitar influências de ruídos externos, e pode ser feito por crianças e adultos. Este teste é fundamental na detecção de algum desvio auditivo fora do padrão considerado normal, bem como para o desenvolvimento da fala e da linguagem.

As causas da surdez são inúmeras. Listamos aqui algumas mais comuns; entretanto, podemos perceber que muitos são os fatores que podemos evitar ou prevenir por meio do pré-natal adequado, mantendo a carteirinha de vacinação em dia, não fazendo automedicação em bebês - são algumas das formas de prevenção da surdez sequelar. Contudo, é necessário lembrar que essa perda auditiva pode ocorrer por traumas físicos ou fatores genéticos, e nesses casos em específico, não há muito o que fazer, visto que são imprevisíveis.

2. DEFICIENTE AUDITIVO, SURDO OU SURDO-MUDO?

Nesse capítulo, discutiremos a diferença das terminologias utilizadas para nos referirmos ao Deficiente Auditivo - DA, Surdo e ao Sujeito Surdo. É comum em nossa sociedade o desconhecimento de tais diferenças, principalmente no âmbito educacional. Abordaremos, também, a influência de cada perspectiva para esse sujeito.

Primeiramente, é necessário entendermos que do ponto de vista legislativo, clínico e social, segundo o Decreto 5.296/2004 o termo Deficiente Auditivo é utilizado para aquele sujeito cujo aparelho auditivo é danificado e, dependendo de onde for a lesão, a deficiência pode ser considerada leve, moderada, severa ou profunda. Segundo o critério de Davis e Silverman (1970), podemos observar no Quadro I:

Graus de severidade	Limiares
Audição normal	Entre 0 e 24 dB
Deficiência Auditiva Leve	Entre 25 e 40 dB
Deficiência Auditiva Moderada	Entre 41 e 70 dB
Deficiência Auditiva Severa	Entre 71 e 90 dB
Deficiência Auditiva Profunda	Acima de 90 dB

Quadro I - Grau de deficiência de acordo com a perda auditiva

Logo, nem todo DA é necessariamente surdo; dependendo do grau de perda da audição, eles escutam ruídos e sons, muitas vezes solucionando o problema com o uso do aparelho amplificador auditivo (figura 1).

Aparelho Amplificador Auditivo

Disponível em:

<http://jornalvr.com.br/noticia/ajustando-o-aparelho-auditivo/>



A deficiência auditiva classificada entre severa e profunda são termos sinônimos a surdez, logo, o indivíduo cujo aparelho auditivo é profundamente danificado é surdo, pois, nesse caso, ele não escuta nada.

Existe ainda o uso do termo *Surdo*² no sentido de caracterizar o indivíduo culturalmente como um Sujeito Surdo, que difere dos ouvintes, como nos coloca Lopes:

Entender a surdez como um traço cultural não significa retirá-la do corpo, negando seu caráter natural; nem mesmo significa o cultivo de uma condição primeira de não ouvir. Significa aqui pensar dentro de um campo em que sentidos são construídos em um coletivo que se mantém por aquilo que inscreve sobre a superfície de um corpo (LOPES, 2011, p. 16).

É importante compreender que o sujeito Surdo, na perspectiva da autora, vai muito além da simples perda auditiva, e está ligada a fatores culturais fomentados em uma comunidade específica, a comunidade surda, que tem na Libras um dos seus maiores artefatos culturais.

O fato de perceberem o mundo pela visualidade os permite uma visão de mundo distinta da dos ouvintes, caracterizando-os como Surdos. Lopes (2011) ainda completa que o significado da palavra surdez ou da expressão “Ser Surdo” irá depender do conjunto de três elementos: *Cultura, significado e comunicação*. Para a autora, afirmar que a surdez, no sentido cultural, é uma invenção é o mesmo que dizer que, sobre o corpo surdo, se inscrevem saberes que permitem significar o sujeito surdo dentro do contexto social, cultural e comunicativo em que ele está inserido.

Curiosidade:

Você sabia?

Dia 26 de setembro é comemorado o Dia Nacional do Surdo. Internacionalmente, a data é comemorada no dia 30 de setembro, entretanto, no Brasil, o dia do surdo foi a data escolhida para relembrar a data de inauguração do Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES no Rio de Janeiro em 1857.

2 Ou ainda Ser Surdo no sentido de reconhecimento cultural diferenciado (LOPES 2011).

Para os surdos, muitas palavras não fazem sentido, devido suas classes sintáticas se alterarem, dependendo do contexto, e também devido os múltiplos significados que uma mesma palavra pode ter. Como nos exemplos abaixo:

A mulher usa um **VESTIDO** bonito. (Substantivo)

O astronauta está **VESTIDO** e pronto para partir. (Verbo)

A **EDITORA** comunicou que os livros estão prontos. (Sujeito, referente a uma instituição comercial)

Precisamos levar para a **EDITORA** Joana da revista de educação. (Adjetivo, referente a um cargo administrativo)

É preciso entender que estamos lidando com definições em esferas diferentes. No âmbito legislativo, todos são Deficientes Auditivos. No âmbito médico clínico, podem ser Deficientes Auditivos ou surdos, dependendo do grau da surdez. Já na esfera social, os DAs que se identificam culturalmente com a Língua de Sinais e outros fatores oriundos da cultura surda podem ser considerados sujeitos Surdos, visto que socialmente muitos surdos não consideram a falta de audição algo que impacte negativamente suas vidas, por entender que culturalmente são indivíduos diferentes dos ouvintes.

Nesse contexto, um tanto complexo, ainda existem aqueles indivíduos que são surdos profundos, mas que culturalmente não se identificam com os artefatos culturais surdos, logo, consideram-se como apenas DAs, ainda que não escutem nada. Nesses casos, geralmente, os sujeitos oralizam e se comunicam pela Língua Portuguesa na modalidade oralizada.

Diante dessas informações, é possível compreender por que é inadequada a denominação **Surdo mudo**. O fato dos indivíduos terem problemas no sistema auditivo não necessariamente compromete o sistema vocal. O surdo geralmente não oraliza por falta das referências sonoras. Porém, muitos surdos que fazem acompanhamento com fonoaudiólogos desenvolvem a fala.

Ainda assim, se considerarmos tais sujeitos pela visão de Lopes (2011), como sujeitos culturais, partimos do princípio que eles falam, no sentido comunicativo de expressar ideias por meio da língua de sinais, no Brasil, Libras.

Tais questões culturais relacionadas à comunidade surda são muito complexas,

visto que envolvem diversos fatores. As questões culturais relacionadas à comunidade surda possuem a concepção de que ser surdo é ruim, é inferior a ser ouvinte, pautando as percepções desse sujeito sempre na perda, ausência, déficit da audição; uma visão que vai de encontro com as concepções da comunidade surda, que entende o sujeito pelas suas potencialidades e não por suas falhas.

No Brasil, a maioria dos surdos são filhos de pais ouvintes que desconhecem a Libras. Neste contexto, diante do desconhecimento da sociedade em geral, esses pais se veem num impasse entre negar a surdez do filho e instruí-lo como uma criança ouvinte ou buscar conhecimento e ajuda para que a criança se desenvolva da melhor forma possível, usando a língua de sinais como instrumento para o desenvolvimento da faculdade da linguagem. Na maioria dos casos, o que ocorre é optarem por tentar esconder a deficiência, fazendo com que a criança se sacrifique e se esforce demasiadamente para se aproximar daquilo que entendem como normal, forçando a oralização, buscando técnicas com fonoaudiólogos, o que muitas vezes incomoda e traumatiza muitos surdos.

Muitas famílias não buscam conhecimento e ajuda para que a criança se desenvolva da melhor forma possível, usando a língua de sinais como instrumento para o desenvolvimento da faculdade da linguagem, para que assim possa entender a língua portuguesa como uma segunda língua – L2.

A extensão territorial de nosso país, a falta de informação, a estrutura educacional precária, dentre outros fatores, faz com que os surdos não consigam se desenvolver no âmbito educacional. Isso ocorre porque, na maioria das vezes, não desenvolvem uma língua de instrução. Os pais e o sistema educacional os obrigam a aprender a Língua Portuguesa, mesmo que muitas coisas não façam sentido para eles. Ademais, ainda não há, no Brasil, suficientes professores capacitados para possibilitar o ensino de Libras como primeira língua e de Língua Portuguesa como segunda língua para o sujeito surdo.

Há casos em que os pais ouvintes proíbem os filhos surdos de serem instruídos por meio da Libras, porque entendem que o melhor seria que eles oralizassem. Em contrapartida, filhos surdos de pais surdos, em sua maioria, são instruídos em Libras desde o nascimento, porém, são privados da oralização. Não há incentivo por parte dos pais surdos para que o filho frequente um fonoaudiólogo e possa desenvolver a fala. Esses pais compreendem que, culturalmente, o filho fará uso da Libras para se comunicar e não necessitam da oralização.

Assim como existem surdos que desconhecem a Libras, existem outros que são extremamente fluentes na língua. Cada sujeito é único. Mesmo que exista um grupo de surdos com uma ótima fluência na Libras como primeira língua – L1, cada uma traz as questões históricas, culturais e sociais que também influenciam na sua língua.

Alguns surdos oralizam e dominam a Língua Portuguesa; já outros desconhecem ambas. Sendo assim, é preciso que o professor conheça seu aluno, pois cada um tem um contexto de vivência diferente do outro. É preciso considerar os fatores socio-históricos e culturais de cada aluno. Aprender com a diferença é riquíssimo. É preciso que o indivíduo se desenvolva com o outro, num processo de interação e trocas de experiências e saberes.

O desenvolvimento dos conceitos espontâneos e científicos - cabe pressupor - são processos intimamente interligados, que exercem influências um sobre o outro. [...] independentemente de falarmos do desenvolvimento dos conceitos espontâneos ou científicos, trata-se do desenvolvimento de um processo único de formação de conceitos, que se realiza sob diferentes condições internas e externas mas continua indiviso por sua natureza e não se constitui da luta, do conflito e do antagonismo de duas formas de pensamento que desde o início se excluem (VYGOTSKY, 2001, p. 261).

No âmbito educacional, é aconselhável nos referirmos aos alunos com surdez como surdos, sujeitos culturalmente diferentes dos ouvintes. Nessa esfera social, não nos importa ressaltar as deficiências, e sim as eficiências dos alunos, bem como, considerar o sujeito culturalmente.

A escola precisa reconhecer que existem diferenças culturais que devem ser respeitadas e motivadas. Essa consciência é fundamental para o desenvolvimento tanto do aluno surdo quanto dos colegas, que na interação com o outro percebem e aceitam as diferenças de forma natural, conhecendo e aprendendo com o outro.

Para Vygotsky (2006), a cognição tem origem na motivação, no sentido latino “movere” (mover o indivíduo), que é culturalmente modulada, que vem ao encontro de sua teoria sócio-interacionista que, nesse caso, seria a motivação extrínseca, posto que a relação entre pessoas favorece a aprendizagem e o conhecimento.

Muito professores percebem o surdo a partir de uma “deficiência”. Pensemos no caso dos surdos com múltiplas deficiências, como o caso da Surdocegueira?

Como falamos anteriormente, existem diferentes nomenclaturas para nos referirmos aos surdos. Neste capítulo, trataremos da surdez somada a outras deficiências, em específico, a surdocegueira.

Fica a dica:

Para este capítulo, sugerimos que você assista ao filme BLACK indiano, disponível no link abaixo. Esperamos que vocês gostem e se emocionem.



<https://www.youtube.com/watch?v=y5o6oEOftaw>

Temos também a história de Hellen Keller, a surda cega mais influente até os dias de hoje.



https://www.youtube.com/watch?v=9Zqn_pHoni0

Como já abordamos anteriormente, diversas são as causas relacionadas à surdez. Além desta deficiência, a má formação fetal, complicações no parto, prematuridade, doenças, como as citadas no capítulo anterior, podem causar múltiplas sequelas no corpo humano. Algumas das mais comuns relacionadas com a surdez, discutiremos abaixo.

A primeira e muito comum é a surdez e outras deficiências oriundas de síndromes como: Down, Usher, Goldenhar, Marfan entre outras. Essas síndromes nos levam a compreender que tanto com a surdez como com as síndromes, é preciso que o professor entenda e saiba quem é o seu aluno, cada caso é um caso. E com as múltiplas deficiências não é diferente.

Curiosidade:

Ficou curioso sobre essas síndromes? Dê uma olhada nos links abaixo e saiba um pouco mais.

Síndrome de Down:

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/sindrome-down.htm>

Síndrome de Usher:

<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/infantil/sindrome-usher.htm>

Síndrome de Goldenhar:

<http://www.crfaster.com.br/gld.htm>

Síndrome de Marfan:

http://www.marfan.com.br/sobre_marfan/sindrome/sindromemarfan.asp?area=1

Assim como os alunos surdos, esses podem conhecer ou desconhecer a Libras, saber ou não a Língua Portuguesa; isso dependerá de como a família compreende a educação dessa criança. Caso ele tenha sido muito estimulado, poderá desenvolver-se no âmbito educacional como outro aluno qualquer. Contudo, o mais importante é compreender que todo aluno pode aprender. Cabe ao professor encontrar meios para possibilitar esse processo. No caso dos surdos, as possibilidades se dão por meio de estratégias visuais. Se a parte cognitiva responsável pela aprendizagem do aluno não tiver sido prejudicada por conta das deficiências, ele está apto para aprender como outro aluno qualquer; basta que o professor descubra como ensiná-lo.

Especificamente, com relação a sujeitos surdos, é necessário priorizar a visualidade no processo de ensino aprendizagem. Entretanto, se consideramos que a soma das múltiplas deficiências resulta em surdez e cegueira, é necessário repensar tais métodos.

No caso das pessoas surdas cegas, na maioria das vezes, apenas os canais visuais e auditivos estão comprometidos; o sistema cognitivo permanece fisiologicamente apto para desenvolver suas funções.

Como você deve ter observado no filme Black, a protagonista precisou apenas de um momento para relacionar os acontecimentos do mundo exterior com o mundo construído por ela em seu pensamento. No momento em que essa relação é estabelecida, ela começa e se desenvolver intelectualmente como outra criança qualquer.

No caso da surdocegueira, diferentes estratégias são utilizadas para o ensino desses

alunos, principalmente a Libras tátil como forma de comunicação e o braile para leitura e escrita. Como não enxergam e muito menos escutam, esses alunos são estimulados por meio de uma aprendizagem prioritariamente sensorial, pelo tato.

Nesse contexto, as Ciências Naturais podem contribuir muito para a compreensão do mundo no qual estamos inseridos, visto ser este um campo do conhecimento multissensorial, que pode explorar o potencial de pessoas com diferentes deficiências na percepção de vários processos e fenômenos.

As atividades e as estratégias para o ensino devem ser todas relacionadas a experimentação sensorial, pois cada uma percebe e estimula os seus sentidos de forma diferenciada. É preciso que o professor que tenha um aluno surdo cego fique atento na questão da perda visual e auditiva, percebendo, por exemplo, se existe um sentido com muito mais perda do que outro, ou se trata de perda visual e auditiva profunda.

Segundo Hardoim (2016), o uso dos sentidos nas aulas de biologia dentro de uma escola ainda fica muito preso na visão e audição. Os gráficos a seguir demonstram que o sentido mais utilizado é a visão (82%), logo após aparece a audição (76%).



Gráfico Nº 1: - Uso da audição em atividades em sala de aula.

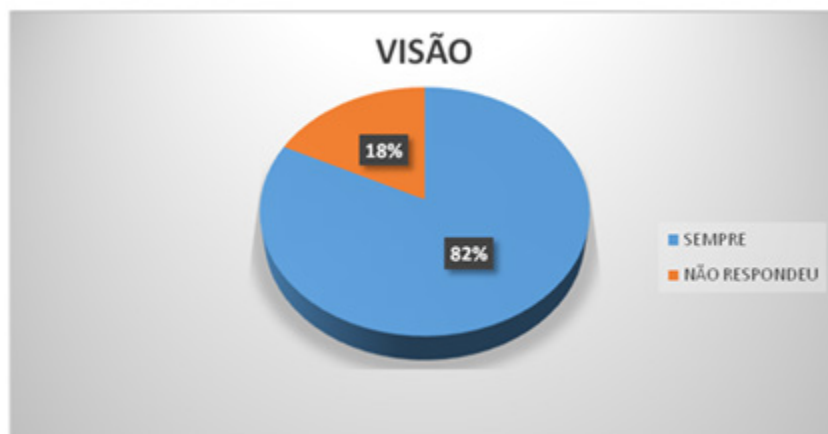


Gráfico N° 2: Uso da visão em atividades em sala de aula.

Já os sentidos como o olfato, paladar e tato são poucos utilizados nas práticas pedagógicas em sala de aula. Conforme demonstra os gráficos N° 3,4,5,e 6

Os gráficos nos remetem ao ensino tradicional, em que o aluno é um ser passivo, que escuta e observa a aula, e o professor pode não perceber os que têm alguma perda de sentido e as outras habilidades de que ele poderia fazer uso. Por isso, a proposta do ensino aqui apresentada, utilizando os cinco sentidos, considera a aprendizagem significativa, caso o professor faça com que o aluno investigue diferentes temáticas utilizando diversos sentidos.

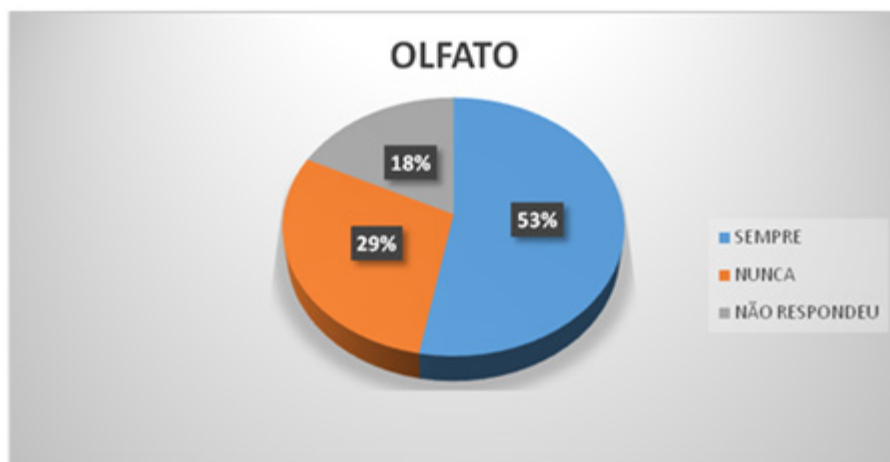


Gráfico N° 3: Uso do olfato em atividades em sala de aula.



Gráfico N° 4: Uso do paladar em atividades em sala de aula.



Gráfico N° 5: Uso do tato em atividades em sala de aula.

3 LEGISLAÇÃO NA ÁREA DE LIBRAS

Muitas são as pessoas que desconhecem a Libras como língua em nosso país. Alguns dos alunos deste curso devem estar tendo contato com a língua pela primeira vez, por meio desta disciplina. Pode ser que muitos de vocês acreditassem que a comunicação era feita apenas por gestos soltos, como em um processo de mímica; o que não é verdade.

No Módulo II foram apresentadas algumas normas legais. Aqui, traremos as mais específicas, ligadas ao sujeito surdo.

A Língua Brasileira de Sinais – Libras foi reconhecida em 2002 por meio da Lei 10.436, que define:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002).

Com a conquista da Lei, a comunidade surda conseguiu diversos benefícios, dentre eles, a institucionalização da Libras nas esferas sociais, como exemplo, no âmbito educacional.

A Lei, em seu artigo 4º, ressalta que o sistema educacional federal e os sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, o ensino da Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente (BRASIL, 2002).

Entretanto, a legislação deixa claro que a Libras não poderá substituir a modalidade escrita da Língua Portuguesa no aprendizado das crianças surdas. Infelizmente, isso ainda não é compreendido por muitos surdos, considerando uma grande parcela que insiste que não pode escrever em português por sua língua ser Libras. Tal postura demonstra uma compreensão extremamente equivocada da referida legislação, por cogitarem o direito do não uso do português em qualquer hipótese.

O aluno surdo precisa aprender a escrita da Língua Portuguesa como L2, não apenas por ser esta a língua oficial da nação brasileira (da qual o surdo nascido no Brasil é integrante), mas também por ser esta a forma de se comunicar com ouvintes que ainda não conhecem a Libras. Nestes casos, usando um simples pedaço de papel e uma caneta, é possível estabelecer uma comunicação com entre ouvinte e surdo. Hoje em dia, basta ter um celular nas mãos e digitar uma mensagem de texto, por exemplo.

Com o reconhecimento da língua, somente três anos depois, o Decreto 5.626/2005 foi estabelecido para regulamentar da lei de Libras. Ele conta com nove capítulos. Trataremos adiante sobre os itens de maior relevância para a educação dos surdos.

O Decreto define os sujeitos contemplados pela Lei Libras podendo ser Surdos ou Deficientes Auditivos.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências

visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (BRASIL, 2005).

O Decreto estabelece a obrigatoriedade da disciplina de Libras nos cursos de nível superior em todas as Licenciaturas, nos cursos de Fonoaudiologia, Pedagogia e demais cursos de Educação Especial com foco na formação de profissionais para o exercício do magistério em instituições públicas e/ou privadas.

Foi a partir do Decreto que as instituições entenderam a importância dos professores terem o mínimo de conhecimento da língua e saber lidar minimamente com as diferenças culturais de surdos e ouvintes.

Curiosidade:

Você sabia?

Hoje, na Universidade Federal de Mato Grosso, além do atendimento ao Decreto quanto aos cursos obrigatórios, existe ainda a disponibilidade da disciplina para os cursos da área da saúde, como Enfermagem, Saúde Coletiva e Psicologia, dentre outros. Além disso, a UFMT já conta com o curso de graduação em Letras Libras Licenciatura, ofertado pelo Instituto de Linguagens desde 2014, para formação de professores de Libras.

Muitos alunos surdos, por desconhecimento familiar, chegam às escolas sem saber a Libras, apenas fazendo usos de gestos combinados no seio familiar para estabelecer minimamente uma comunicação. Por este motivo, a alfabetização dos alunos surdos, segundo o Decreto, fica a cargo dos profissionais pedagogos, sendo que Libras e Língua Portuguesa devem ter o mesmo status, na tentativa de proporcionar uma educação bilíngue, desde as séries iniciais, alfabetizando simultaneamente os alunos em ambas as línguas.

É dever da escola alfabetizar esses alunos em ambas as línguas. Hoje ainda não alcançamos essa realidade em nosso Estado. Estamos no processo de construção de uma educação de qualidade para o surdo e, juntamente com vocês, esperamos que brevemente esta proposta possa ser concretizada.

O Decreto ressalta, ainda, a importância da acessibilidade do surdo na comunicação, informação e na área da educação, quanto a processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior.

Após muita luta da comunidade surda, este é o primeiro ano em que o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem terá todas as questões interpretadas em Libras. A prova será apresentada em vídeo para os surdos, possibilitando o acesso ao conteúdo em sua primeira língua, auxiliando na compreensão de diversos conceitos das diversas áreas do conhecimento que, apenas na forma escrita da Língua Portuguesa, são de difícil entendimento para os surdos.

O documento também estabelece critérios para caracterizar o profissional Intérprete de Libras, garantindo sua presença para mediar a comunicação Libras/Língua Portuguesa/ Libras em todas as esferas sociais.

Hoje, nas escolas, é possível encontrar a figura desse profissional. Entretanto, em outras esferas, como na área de saúde e do direito, isso não é comum. O surdo, sempre que vai a uma consulta médica, precisa levar alguém, seja um parente, um amigo próximo ou um profissional contratado, para interpretar e estabelecer a comunicação com os profissionais da saúde. Porém, como está previsto no Decreto, em seu 25º artigo, incisos IX e X, as pessoas surdas têm garantido o:

IX - Atendimento na rede de serviços do SUS e das empresas que detêm concessão ou permissão de serviços públicos de assistência à saúde, por profissionais capacitados para o uso de Libras ou para sua tradução e interpretação; e

X - Apoio à capacitação e formação de profissionais da rede de serviços do SUS para o uso de Libras e sua tradução e interpretação (BRASIL, 2005).

No ano de 2010, a profissão Tradutor Intérprete de Libras é regulamentada por meio da Lei 12.319. Essa foi mais uma importante conquista da comunidade surda, pois, até então, a presença desse profissional era mais frequente no contexto religioso.

Com advento da Lei, a comunidade surda pode exigir a presença do profissional nas escolas e, com isso, houve um grande avanço no processo inclusivo.

Outro ambiente em que a presença desse profissional tem se tornado mais comum a cada ano é nas propagandas políticas. A cada eleição, mais candidatos aderem à interpretação de Libras no momento de suas falas.

Em consonância, os processos seletivos, concursos, dentre outros, têm buscado se adequar à legislação e garantir o acesso desses cidadãos. Contudo, ainda há muito para avançar. Na área da saúde, por exemplo, o surdo que carece de um atendimento médico precisa contratar um profissional ou levar alguém de sua família para interpretar a consulta. Quando não há esse acompanhamento, a consulta se dá por gestos e mímicas somado à

escrita da Língua Portuguesa.

Muitas vezes, a pessoa que interpreta não tem conhecimento sobre o vocabulário específico da esfera médica. Sabemos que os termos utilizados pela área da saúde são complexos para todos nós. Logo, e no momento da consulta, muita informação é corrompida; algo que não aconteceria caso fosse cumprida a lei de acessibilidade, disponibilizando um intérprete qualificado para função.

Trouxemos a área da saúde como exemplificação; entretanto, diversos são os contextos em que o surdo, sem o auxílio do profissional, é prejudicado. Mas, neste curso, manteremos o foco na educação, que passa por um momento de mudanças inclusivas bastante avançado em relação às outras esferas.

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Mesmo a lei sendo de 2010, ainda hoje, nos deparamos com a falta de profissionais no mercado de trabalho. Por ser uma profissão recente, existem poucos cursos de formação desses profissionais, tanto em nível superior quanto em nível técnico. Essa dificuldade é maior nas cidades do interior de nosso estado. Entretanto, é um problema que, em médio prazo, será resolvido.

4 INCLUSÃO E BILINGUISMO

Mesmo com avanços midiáticos e desenvolvimento de outras ferramentas na área pedagógica, se analisarmos o processo educacional, percebemos a necessidade de muitos avanços quanto aos métodos e estratégias a serem implantadas em sala de aula. Tantas teorias ultrapassadas ainda são mencionadas e estudadas para a contribuição da formação do professor!

Em vários momentos, o professor não tem noção de como e quando agregar as teorias e os métodos de ensino adequados a cada perfil de sala de aula. O mais preocupante é se deparar com professores que não buscam se atualizar por acreditarem que o seu conhecimento já é suficiente.

O processo de ensino-aprendizagem é bem complexo, sobretudo quando consideramos as percepções linguísticas de cada sujeito envolvido. Apontamos, como fator principal para o sucesso desse processo, o interesse do professor e do aluno; sem isso, perde sentido o processo de ensinar e aprender.

Alguns professores ainda não entendem qual o seu papel diante da diversidade escolar, tendo em vista que alguns apontam que existem professores específicos para ensinar alunos surdos.

Como professores, precisamos nos empenhar para trabalhar proporcionar uma educação de qualidade aos nossos alunos. Mesmo com todos os problemas relacionados à educação, é preciso cumprir como o nosso papel de ensinar aquele aluno que está em nossa sala, tendo ele uma deficiência ou não.

Precisamos desenvolver estratégias pedagógicas diversificadas e adequadas a um grupo heterogêneo de alunos e ter, ao mesmo tempo, sensibilidade para usar outros instrumentos que apoiem aqueles com maior dificuldade sempre que for necessário, garantindo, assim, igualdade de oportunidades no processo de aprendizagem.

No caso de alunos surdos, é necessário algo a mais que estratégia pedagógica. É preciso estabelecer uma comunicação com este sujeito que tem a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

Skliar (1997) aponta que a ideologia dominante do ouvintismo foi responsável, por muitos anos, pelo fracasso da educação dos surdos. É por isso que ressaltamos a importância de se valorizar a Libras como língua e o bilinguismo como método de educação dos surdos.

A capacitação docente é fundamental para garantir o mínimo de comunicação com os surdos, estreitando as relações pessoais com esses sujeitos que, por muitos anos, estiveram à margem da sociedade.

Lembremos, como já estudado anteriormente, que, embora essa língua exista há anos em nosso país, ela só foi reconhecida em 2002, por meio da Lei Federal nº 10.436/2002, e, ainda hoje, é desconhecida por muitos professores.

Com o reconhecimento da Libras como língua natural dos sujeitos surdos, percebemos o crescente o acesso de surdos com o papel mais ativo na sociedade, sobretudo na esfera educacional, que já conta com alguns surdos mestres e doutores, que vem contribuindo com pesquisas na área da educação de surdos e ensino de Libras.

Tais pesquisas têm trazido à tona realidades pouco conhecidas, mas muito presentes

em nossa sociedade. Esses pesquisadores nos revelam que, ainda hoje, a sociedade percebe o surdo apenas como um ser que não escuta, classificando-o pela sua limitação e negando suas potencialidades como ser humano, como cidadão ativo, como um contribuinte. Esses equívocos sociais precisam ser esclarecidos, pois, em muitas situações, os surdos são facilmente excluídos de diferentes ambientes que frequenta.

A inclusão, sobretudo no ambiente escolar, sabemos, é direito de todo cidadão. Porém, muitos ainda não sabem como tornar essa inclusão real, pensando na perspectiva dos surdos, que tem outra língua para se comunicar. Acerca disso, façamos algumas indagações:

- Qual o papel do intérprete e do professor, quando ambos trabalham juntos em sala de aula?
- Como se comunicar com o aluno surdo em sala de aula?
- Como incluí-lo, não apenas em sala de aula, mas na escola como um todo?

O professor precisa ter claro que o papel do intérprete é mediar a comunicação entre surdos e ouvintes em sala de aula. A atuação desse profissional interfere sobremaneira no processo de ensino aprendizagem do aluno surdo, especialmente na educação básica, fase em que o aluno ainda não tem tanta maturidade para avaliar a postura dos profissionais envolvidos.

Para realizar uma interpretação satisfatória, é necessário que o intérprete tenha acesso ao material do professor com antecedência, para estudá-lo, mediar o sanear de dúvidas, se ocorrerem, e compreender o que será explicado pelo professor. Desta forma, a interpretação fluirá com mais facilidade e coerência em relação à explicação do professor.

Nesse viés, percebemos a importância da constante qualificação dos profissionais que atuam na área da educação, dada a responsabilidade de incluir os alunos surdos.

Em se tratando de inclusão, pensamos em algo mais complexo do que apenas matricular o aluno surdo numa escola regular. Isso seria inserir o aluno e não incluir. A escola precisa, isto é, todos os profissionais e alunos da escola, em todos os ambientes, precisam estar preparados para receber esse aluno. A inclusão é uma via de mão dupla, ou seja, tanto o sujeito surdo quanto o ouvinte são incluídos a partir do momento em que conseguem estabelecer uma comunicação. Numa realidade em que poucos são os que conhecem a Libras e a utilizam, o papel do intérprete é essencial para garantir essa inclusão.

Hardoim (2015) aponta que, mesmo com a obrigação legal de inserir o tradutor intérprete em salas de aulas que possuam alunos surdos e ouvintes, ainda há uma grande

carência desses profissionais nas redes de ensino. Ademais, aqueles que já estão trabalhando demandam de qualificação específica na área.

Para efetivar a pedagogia inclusiva, é preciso ter uma perspectiva sistêmica, considerando seu grau de complexidade, conforme já discutido nos Módulos II e III. É necessário muito mais do que intérprete em sala de aula e professores com competência desenvolvida. É preciso que haja planejamento coletivo, recursos pedagógicos inclusivos e humanos bem formados, trabalho colaborativo entre os profissionais da comunidade escolar, entre escola e família, sendo necessária uma cultura escolar inclusiva, dentro e fora da sala de aula.

A dúvida de muitos professores recai sobre a definição do que vem a ser, de fato, uma escola inclusiva. Segundo Stainback & Stainback (1999), a educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural, em escolas e salas provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam atendidas.

O atual estado de coisas nos revela que, muitas vezes, as escolas “inclusivas” para algumas pessoas são meras escolas integrativas, onde os surdos são apenas inseridos, sem garantia de uma educação de qualidade. Desta forma, é emergente a necessidade de se entender o que é inclusão no contexto escolar e selecionar métodos e estratégias inclusivas que atendam a todos os alunos, considerando suas limitações e potencialidades. Só assim estaremos caminhando na direção correta de um processo longo do fazer inclusivo.

De acordo com Mantoan (2003),

os dois vocábulos — “integração” e “inclusão” —, conquanto tenham significados semelhantes, são empregados para expressar situações de inserção diferentes e se fundamentam em posicionamentos teórico metodológicos divergentes. Destacamos os termos porque achamos necessário frisá-los, embora admitimos que essa distinção já poderia estar bem definida no contexto educacional.

A autora ainda aborda que:

o processo de integração escolar tem sido entendido de diversas maneiras. O uso do vocábulo “integração” refere-se mais especificamente à inserção de alunos com deficiência nas escolas comuns, mas seu emprego dá-se também para designar alunos agrupados em escolas especiais para pessoas com deficiência, ou mesmo em classes especiais, grupos de lazer ou residências para deficientes (MANTOAN, 2003 p 14)

Dilli (2010) aborda a temática inclusão no que se refere à educação dos alunos surdos, entendida como possibilidade em que estes sejam preparados e possam ser inseridos no mercado de trabalho e, de forma mais efetiva, na sociedade como um todo.

Dentro de uma sala de aula, encontramos as diversidades. No caso das que possuem alunos ouvintes e surdos, é preciso que garantir, no mínimo, a comunicação entre os sujeitos em um mesmo ambiente, para que possam, dentro de um processo de ensino-aprendizagem, socializar seus saberes por meio da interação. É preciso considerar, ainda, que se trata de uma relação entre sujeitos que compartilham línguas de modalidades diferentes, uma oral-auditiva e outra gesto-visual. Acerca disso, Brito (1995) pontua que as línguas de modalidade oral-auditiva são bem mais lineares que as línguas de sinais de modalidade gesto-visual, nas quais a simultaneidade se destaca.

Segundo Gisele (2007), o uso de duas línguas na educação de surdos, a Libras e a Língua Portuguesa, é uma solução que supre as necessidades de quem pouco ou nada pode ouvir. O professor precisa conhecer a Libras e, mais que isso, conhecer o sujeito surdo, para, então, refletir sobre estratégias pedagógicas que promovam a aprendizagem dos alunos, permitindo seu desenvolvimento e superação de limites pessoais.

O modelo bilíngue propõe, então, dar às crianças surdas as mesmas possibilidades psicolinguísticas que tem a ouvinte. Será só desta maneira que a criança surda poderá atualizar suas capacidades linguístico-comunicativas, desenvolver sua identidade cultural e aprender (SKLIAR 1997, p. 144).

Sendo assim, o professor precisa saber lidar com a inclusão na escola regular, pois precisa interagir com os alunos por meio de estratégias que fomentem o uso de ambas as línguas, proporcionando um ambiente bilíngue, possibilitando a inclusão de surdos e ouvintes em um mesmo ambiente.

A seguir, veremos algumas sugestões simples que podem ser trabalhadas neste sentido na sala de aula, promovendo a interação entre alunos surdos e ouvintes e a reflexão sobre a diversidade e a inclusão.

Para incluir, é preciso, antes, entender o que é a inclusão escolar. É possível desenvolver diferentes dinâmicas com os profissionais a fim de sensibilizá-los, despertando a consciência da importância do trabalho coletivo no processo de inclusão. Em um espaço de socialização, podemos trabalhar uma boa comunicação, com foco no respeito com o outro e a integração para melhorar a qualidade de vida e bem-estar de todos.

Dinâmica 1: A mímica do substantivo/adjetivo

Número mínimo de participantes: 4 (quatro)

Materiais: papel e caneta

Como fazer:

Em círculo, os participantes devem estar de posse de um pedaço de papel e caneta, onde cada um deve escrever um substantivo ou adjetivo, conforme definido pelo coordenador, sem permitir que os outros vejam. Em seguida, deve-se passar o papel para a pessoa da direita, para que este represente a palavra escrita em forma de mímicas. Podem representar utilizando expressões faciais e corporais, mas é proibido emitir qualquer tipo de som ou movimentar os lábios. À exceção do aluno que representou a expressão e o que está na sua esquerda, os demais precisam identificar qual substantivo ou adjetivo está escrita no papel.

Dica:

É interessante que o professor escolha uma rodada de adjetivos, depois uma de substantivos, conferindo maior clareza à dinâmica. O objetivo não é adivinhar se é um substantivo ou um adjetivo, mas sim a palavra de acordo com as expressões realizadas.

O que podemos discutir?

- Alteridade – capacidade de se colocar no lugar do outro -, pensando no sujeito surdo, na sua língua, na expressão facial e corporal como uma das especificidades dessa língua e importante parâmetro para se comunicar com o surdo.

Dinâmica 2: Sentir-se incluído

Mínimo de participantes: 5 (cinco)

Observação: só pode ser feita com número ímpar de participantes

Como fazer:

Os participantes devem formar um círculo. O responsável pela dinâmica deve informar que no momento que ele disser “já!”, cada participante deve procurar um par. Um participante vai ficar sem par. Assim, o procedimento deve ser repetido mais ou menos umas quatro vezes.

É importante observar as situações que podem ocorrer com os envolvidos: alguém pode ficar sempre sem par e desistir de continuar a dinâmica; ou pode conseguir formar duplas em todos os momentos.

O que podemos discutir:

- Quem ficou sem par alguma vez? Os que ficaram, como se sentiram?
- Se tiver alguém que foi excluído mais de uma vez, se incomodou mais? Por quê?
- Como podemos contextualizar esta dinâmica para nossa sala de aula?
- O que podemos discutir?
- O que é inclusão e exclusão social?
- Que relação podemos fazer desta dinâmica com a educação?

Dinâmica 3: O que você parece para mim

Mínimo de participantes: 4 (quatro)

Materiais: papel cartão, canetas, fita crepe.

Observação: Esta dinâmica pode ser empregada apenas para promover a interação do grupo ou com o objetivo de apontar falhas, exaltar qualidades, melhorando a socialização de um determinado grupo.

Como fazer:

Cola-se um cartão nas costas de cada participante com uma fita crepe. Cada participante deve ficar com uma caneta hidrocor. Ao sinal, os participantes devem escrever no cartão de cada integrante o que for determinado pelo coordenador da dinâmica (em forma de uma palavra apenas).

Exemplos:

- 1) Qualidade que você destaca na pessoa;
- 2) Defeito ou sentimento que deve ser trabalhado pela pessoa;
- 3) Nota que cada um daria para determinada característica ou objetivo necessário a atingir nesta dinâmica.

O que podemos discutir?

- Todos nós temos qualidade e temos falhas; somos eficientes em algumas coisas e deficientes em outras, e é isso que nos torna diversos.

Dinâmica 4: Cada um com o seu e o problema do outro

Mínimo de participantes: 4 (quatro)

Materiais: balão, papéis, caneta.

Como fazer:

O responsável pela dinâmica deve orientar que cada participante escreva em um pedaço de papel pequeno uma ou duas palavras que acredita ser desafios para a inclusão educacional. Depois, devem colocar os papéis dentro de um balão, que deve ser enchido de ar e amarrado. Em seguida, todos vão para o centro da sala e jogam o seu balão (problema) para o alto e, depois, segurar. Parece fácil, né? Mas o responsável deve orientar que cada a pessoa se sente e outra assuma o seu problema, ou seja, segure o seu balão e o da outra pessoa. Assim, vai pedindo para que as pessoas vão se sentando, até que reste 1, 2 ou 3 pessoas. Desta forma, estes que restaram precisam assumir todos aqueles problemas (balões) de jogarem e pegarem, até que seja impossível realizar a tarefa.

Sugestão: Cada um pode pegar o balão, estourar e pegar um problema que esteja nele, desde que este não seja o seu, e apontar uma solução na próxima aula.

O que podemos discutir?

- O “alívio” que alguns professores sentem quando sai de uma escola e acaba deixando aquele problema.
- A difícil missão de lidar com o seu problema e a dos outros ao mesmo tempo.
- A importância do trabalho coletivo no ensino.
- A importância do diálogo entre os professores.

5 POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA O ALUNO SURDO

Como vivemos numa sociedade grafocêntrica, é natural, também que a língua oralizada seja mais utilizada do que a língua de sinais. Logo, se não desenvolverem as capacidades de leitura e escrita da língua nacional, os sujeitos surdos limitam sua própria autonomia, se sentindo desmotivados a interagirem em diferentes contextos.

A comunicação está em todos os lugares, mas no dia a dia do surdo não é bem assim. Nas escolas brasileiras, quando se tem apenas um aluno surdo matriculado, contrata-se um intérprete para mediação linguística em sala de aula. Porém, geralmente, a comunicação só ocorre dentro de sala e somente entre esses dois sujeitos (aluno surdo e intérprete).

Para além disso, não podemos pensar só na sala de aula como um local de inserção para o aluno surdo, mas no colégio como um todo, pois o espaço precisa dar autonomia a esse

sujeito. Assim, o processo de ensino-aprendizagem vai além da sala de aula, em um contexto de experiências compartilhadas.

As possibilidades pedagógicas precisam estar vinculadas com o contexto desses alunos, para que ele possa atribuir sentido às informações que recebe, possibilitando um ensino-aprendizagem mais significativo. Martins (1997) corrobora apontando que “temos por pressuposto de nosso trabalho a meta maior de, inseri-los no contexto em que vivemos e na realidade manifesta em nosso país, criar condições para que os alunos se tornem cidadãos que pensem e atuem por si mesmos.”

Para elaborar aulas de Ciências significativas para todos, o professor precisa perceber a história, a cultura e as condições sociais de seus alunos, transformando ou adaptando o que se vê no livro didático e nos seus slides em algo mais próximo a sua vivência, revelando que a Ciência está no nosso cotidiano e, assim, possibilitando a autonomia desses alunos.

Nas estratégias de uma aula, é fundamental que haja comunicação. Todos precisam estar envolvidos, se comunicando uns com os outros, independente da modalidade linguística (oral-auditiva/viso-gestual), sem depender o tempo todo de um tradutor intérprete para mediar a comunicação no processo de ensino-aprendizagem.

Abreu e Masetto (1982, p. 6) explicam que aprender significa “buscar informações, rever a própria experiência, adquirir habilidades, adaptar-se às mudanças, descobrir significados nos seres, fatos e acontecimentos, modificar atitudes e comportamentos”. Bernardino *et al* (2014) afirma que a interação social, a partir da troca de experiências, é um elemento norteador para o processo de ensino-aprendizagem, uma vez que proporciona ao aluno conhecer, compreender e integrar-se às diferentes manifestações da sociedade, com o objetivo de assimilar e reconhecer-se neste processo.

Como vimos, a aprendizagem se dá, muitas vezes, por meio da interação, da comunicação, justificando, assim, a relevância da proposta da escola bilíngue, onde os alunos ouvintes aprendem Libras, a fim de conseguir compartilhar trocas de saberes com os seus colegas surdos e, da mesma forma, os alunos surdos aprendem a escrita da Língua Portuguesa para se tornarem cidadãos, de fato, autônomos.

Segundo Martins (1997), a interação e a compreensão do mundo que aparece dialeticamente na escola implica ações de investigação e de discussão para a internalização de funções mentais que garantam ao indivíduo a possibilidade de pensar por si. Para tanto, é preciso estimulá-lo a operar com ideias, a analisar os fatos e a discuti-los para que, na troca e no diálogo com o outro, construa o seu ponto de regulação para um pensar competente e comprometido com determinadas práticas sociais.

É importante salientar que, além do professor ouvinte saber se comunicar com o seu

aluno surdo, deve, também, ter algumas noções sobre as causas e os níveis de surdez que o aluno tem, permitindo uma melhor compreensão na escolha da estratégia de sua aula.

No fascículo, vimos que temos diferentes níveis de surdez. Cabe ao professor repensar em como auxiliar a compreensão desse aluno no conteúdo de Ciências, por exemplo.

Toda a classe precisa ter consciência de que, algumas vezes, o aluno surdo necessitará de um tempo maior para solucionar algumas questões, sobretudo as que demandam a leitura ou produção de textos, uma vez que se trata de uma segunda língua para o surdo.

Outra situação é quando o professor oraliza e mostra alguns slides ou escreve algo no quadro ao mesmo tempo em que fala. É preciso entender que o ouvinte, muitas vezes, escuta o professor e copia ao mesmo tempo o que está no quadro ou nos slides. No caso do surdo, ou ele copia ou ele presta atenção na interpretação, pois estes dois recursos são visuais.

Os professores acabam tendo dificuldade para lidar com todos os alunos, inúmeros são os fatores: salas de aula lotadas; desmotivação dos alunos; falta de estrutura adequada; falta de tempo para se qualificar; falta de materiais específicos para as necessidades da escola; entre outras.

Deste modo, o professor precisa vencer as barreiras e investigar sempre novos métodos para sanar as dificuldades dos alunos. Se é preciso atender uma diversidade, nada mais justo que termos estratégias diversificadas. No caso dos alunos surdos, já que não possuem o sentido da audição, outros sentidos são mais aguçados; logo, o professor precisa tentar estimular os diferentes sentidos.


De acordo com Pereira *et al* (2017), é por meio dos significados que haverá a mediação simbólica entre o indivíduo e o mundo real, proporcionando uma compreensão do mundo e propiciando o agir-se sobre ele. Assim, quando um sujeito surdo se depara com sinais isolados das letras do alfabeto que compõem uma determinada palavra (signo), a qual ainda não lhe tenha sido apresentada pelo seu grupo social (comunidade surda), não consegue compreender o significado de tal signo, visto que não há correspondência com sua língua natural.

Muitos professores que trabalham em escolas regulares, por não estarem acostumados com a presença de alunos surdos em uma sala com ouvintes, acabam se sentindo inseguros em ensinar, dada a falta, muitas vezes, do conhecimento sobre o surdo e a sua língua.


Diante das diversidades de alunos e a diversidade de estratégias, o que falta é saber quais usar e em que momento. Pensando nisso, desenvolvemos um quadro com dicas para muitas dúvidas que ocorrem dentro de sala de aula. Apontamos o que seria uma atitude inadequada ou até mesmo errada e o que seria uma atitude adequada do professor, a fim de contribuir para o desenvolvimento de todos os alunos.


Dicas de estratégias usadas em sala de aula com alunos surdos:

Para chamar a atenção:


 Não fale mais alto, nem grite. Afinal, se ele é surdo e usa a mão para se comunicar (Libras), ele não precisa de gritos, precisa da Língua de sinais.

 Pode acenar com a mão. É uma estratégia mais visual e chama a atenção do aluno para você.


 Pode bater com o pé no chão ou com a mão na parede, se o aluno estiver encostado, pois, pela vibração, o aluno percebe que atende ao seu chamado.


 Acenda e apague a luz. É uma forma visual de se chamar a atenção, mas é uma estratégia mais complicada quando se precisa chamar a atenção várias vezes.


Vou usar vídeos:

 Não use vídeos oralizados sem legenda.

 Pode passar o vídeo para o intérprete, para que possa estudar antes de interpretá-lo.

 Procure vídeos em Libras disponíveis na internet. Cuidado com a referência! Utilize sites confiáveis, como TV Inês e UFSC, que compartilham trabalhos reconhecidos cientificamente.

 Procure vídeos com legendas ou faça você mesmo, utilizando programas de edição. Caso não saiba como editar vídeos, procure alguém que possa te ajudar.

 Use vídeos com animações sem fala.

“Cuidado com o que fala: 

Para o surdo:

“.. Como vocês podem escutar...”

“ Hoje a prova é oral” (caso não tenha intérprete)

“ Quer microfone? ” (Em uma palestra)

“ Olha o surdo-mudo”

Para o intérprete:

“Seu aluno chegou...” (O surdo é aluno do professor)

“ Acho legal você ajudar os surdos” (É um trabalho como qualquer outro)

A aprendizagem pode ser compreendida pelo simples fato de tocar, ver ou cheirar. Aprender é perceber e sentir por meio de descobertas que cada um faz de acordo com sua habilidade.

Segundo Dilli (2010), todo aluno, independentemente de ter ou não alguma deficiência, possui características próprias de interesse, habilidades e necessidades de aprendizagem únicas, fazendo com que o processo do aprender seja singular e particular.

Nesse contexto, apresentaremos a seguir diferentes estratégias na área das Ciências para escolas que tenham alunos surdos inclusos, explorando outros sentidos para além da audição.

- Aula de campo

As observações em campo são riquíssimas. Explorar o ambiente por meio do olhar científico torna-se um recurso edificante para todos os alunos, em especial para os surdos, que associam o conhecimento teórico com os acontecimentos do cotidiano na natureza. Não é necessário que o professor vá longe. Em alguns casos, basta explorar as dependências da escola, como o pátio, e observar os fenômenos naturais que, muitas vezes, passam despercebidos.

- Aspectos microscópicos

Uma escola inclusiva que ensina a surdos e ouvintes juntos em todas as atividades, pensadas e executadas coletivamente ainda não é algo trivial. Ainda mais em se tratando de uma das áreas mais abstratas até chegar na escola - como ver seres de dimensão tão diminuta que carece do auxílio de equipamentos que lhes aumente o tamanho. Os surdos sentem a falta de ver algo para conseguir saber o que é ou dar até um sentido para determinados conteúdos e termos técnicos utilizados na área das ciências. É necessário que o aluno compreenda para fazer uma equivalência em sua língua.

Até recentemente, o mesmo sinal era empregado para sinalizar verme e bactéria, os quais são de grandezas diferentes. Hoje, ainda existe pouco vocabulário específico para a área das Ciências. Posterior à compreensão, é possível que o aluno e o intérprete convençam sinais que auxiliem a assimilação do conteúdo por meio de um registro na sua língua. Todavia, Damázio (2007) ressalta que o intérprete está na sala de aula para mediar a comunicação e facilitar a aprendizagem; ele não é o tutor do aluno e o professor não deve deixar o aluno surdo exclusivamente dependente do intérprete para aprender.

Ensinar Biologia para pessoa com deficiência auditiva exige dos professores esforço para despertar a atenção do aluno e transmitir o conhecimento, uma vez que o campo do

Ensino de Biologia envolve imagens, símbolos e muita imaginação para compreender algumas situações abstratas. É importante trabalhar situações em que o aluno possa perceber fenômenos e organismos microscópicos de forma visual, possibilitando a compreensão ou uma organização mental que o faça relacionar minimamente o conteúdo em sua linguagem.

- Ondas sonoras

Alguns professores podem ter dúvidas ou insegurança em ministrar conteúdos relacionados a essa temática para alunos surdos. Como proposta, orientamos o professor a: fazer experimentos com auxílio de imagens; utilizar a vibração percebida pelo tato; trabalhar e compreender previamente quais os conceitos de ondas, vibração e som que eles têm. Partindo do conhecimento prévio desses alunos, e possível estabelecer as relações necessárias para a compreensão da propagação das ondas, por exemplo.

Recentemente, durante o Rock in Rio, surdos do INES usaram uma mochila vibratória – SubPac, um equipamento áudio tátil produzido em Los Angeles, que lhes permitiu sentir as ondas sonoras do show, ou seja, a dimensão física da experiência musical.

O experimento pode ser observado acessando o link <https://www.youtube.com/watch?v=RymWjjQCfsE>, que mostra ondas sonoras por meio da energia cinética dos grãos de açúcar, podendo ser um bom experimento para “enxergar” a onda sonora. Outra possibilidade é demonstrada no link <https://www.youtube.com/watch?v=ARZ5If2AsnE>. Ambos os experimentos permitem ao surdo e ao ouvinte perceberem o movimento das ondas sonoras, apesar deles não conseguirem ouvir.

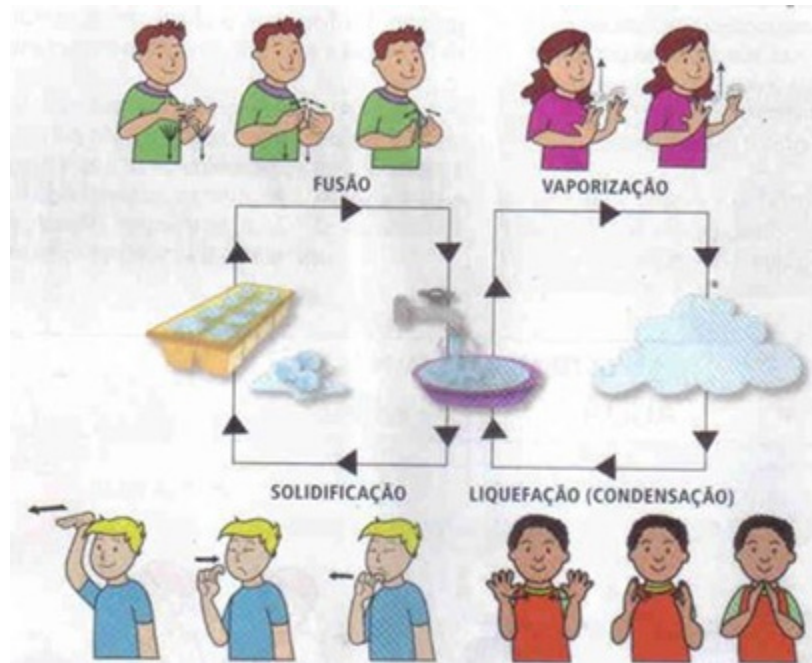
Para complementar a compreensão, se usarmos uma pequena caixa de som na mão do surdo, como demonstrado por Shimabuko (2014), ao pesquisar métodos e instrumentos pedagógicos para ensinar sistema locomotor que envolvesse a dança, será possível ao surdo perceber o som por meio dos campos receptivos dos corpúsculos de Pacini, mecanorreceptores cutâneos de estímulos vibratórios.

O importante é que o aluno perceba as ondas físicas, o canto dos pássaros ou mesmo as ondas sonoras por meio da energia cinética, como no caso dos grãos de açúcar, dentre outras formas de propagação sonora do nosso cotidiano; e não só por meio de memorização de fórmulas, mas relacioná-las aos acontecimentos do cotidiano de forma visual para aprendê-las significativamente.

Fique de olho!

Materiais Bilíngues disponíveis na internet

Descrição das mudanças dos estados físicos da água com adaptação em Libras



Disponível em: <http://www.abq.org.br/simpequi/2015/trabalhos/90/6959-20765.html>

NA FIGURA

Ciências

OS CINCO SENTIDOS

OBJETIVO:

- Conhecer e aprender sobre os cinco sentidos e suas funções.

DESENVOLVIMENTO:

- Trabalhar a letra explorando os sentidos por meio de atividades, experimentos e jogos educativos.

ADAPTAÇÃO:

- Apresentar as cinco palavras escritas em Língua Brasileira de Sinais.
- Fazer as adaptações necessárias em Língua para compreensão total.
- Selecionar atividades em Língua Portuguesa com o objetivo de que haja a interação e o entendimento das informações apresentadas.

AUDIÇÃO

VISÃO

OLFATO

FALAR

TATO

20 Livros de Braille

O cartão didático apresenta uma menina central com setas apontando para cinco tipos de sinais em Libras: Audição (duas mãos), Visão (olhos), Olfato (nariz), Falar (boca) e Tato (mãos). Cada sinal é acompanhado por uma pequena ilustração de uma criança fazendo o sinal.

Disponível em: <http://apaixonadasporlibras.blogspot.com.br/2012/03/blog-post.html>

LIGUE O SINAL QUE CORRESPONDE A CADA PARTE DA PLANTA



ESCREVA O NOME DE CADA PARTE DA PLANTA



Disponível em: <http://ildetefips2.blogspot.com.br/2016/07/atividade-de-ciencias-as-partes-da.html>

Com o desenvolvimento tecnológico, muitos materiais na área do ensino de ciências com a Libras já podem ser encontrados na internet. Seguem algumas sugestões de aulas interessantes.

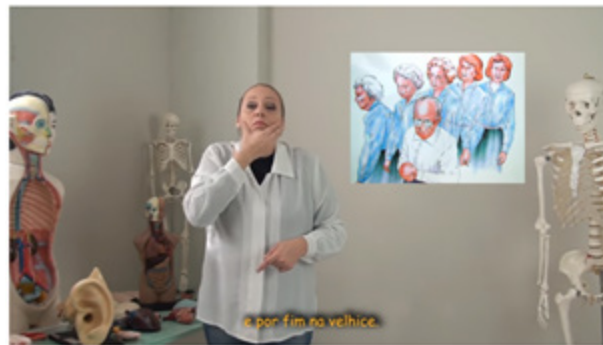


Glossário do CAS - Centro de Capacitação de Profissionais de Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez em - SC.



<https://www.youtube.com/watch?v=sp7bDokYih4>

Aula sobre o corpo humano, com a professora Rubia



<https://www.youtube.com/watch?v=WxE1Y7st6yQ>

Heveraldo visita o Planetário e ensina o vocabulário do que encontramos no espaço: dos planetas do nosso sistema solar, a Via Láctea, a Lua e as estrelas.



<http://tvines.ines.gov.br/?p=2756>

Heveraldo Ferreira mostra os sinais de animais selvagens e domésticos e explica o recurso dos classificadores, muito utilizado pelos surdos para descrever ações e aspectos de pessoas, animais e objetos.



<http://tvines.ines.gov.br/?p=708>

Todas estas aulas se percebemos trabalhamos para o ouvinte, não existe uma aula para surdo, mas existem coisas fundamentais para aprendizagem deste sujeito, que carece de estratégias não auditivas.

De acordo com Delli (2010), a educação inclusiva assume um papel de essencial importância, tendo em vista as crescentes exigências de uma sociedade brasileira em expansão e os desequilíbrios do atendimento educacional aos surdos, apesar do expressivo interesse que desperta aos sujeitos envolvidos neste processo que, na atualidade, está buscando esforços para a realização efetiva de instituições públicas e particulares no atendimento satisfatório desse público.

Hoje, muitos alunos de graduação no Brasil já estão preparados para lecionar pela abordagem bilíngue, tanto na educação básica como no ensino superior. Essa realidade nos dá novas perspectivas de avanços no processo de inclusão; avanços que só serão possíveis se trabalharmos juntos em prol de objetivos comuns.

Referências

ABREU, Maria Célia Teixeira Azevedo de; MASETTO, Marcos T. **O professor universitário em aula: prática e princípios teóricos.** São Paulo: Cortez, 1982.

BERNARDINO, Maria Cleide Rodrigues *et al.* **Interação social e metodologias de ensino: o caso do laboratório de troca de afetos-lata sob as narrativas de seus participantes através do mapa conceitual.** Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 19, n. 39, p. 59-82, 2014.

BRASIL. **Lei nº 10.436**, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

_____. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

_____. **Decreto nº 5.296**, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

_____. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência).

_____. **Lei nº 12.319**, de 1º de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras.

DAVIS H, Silverman RS. *Hearing and deafness.* Nova York: Rinehart & Wiston 1970

GOMES, D.S.; MAIA-VASCONCELOS, S.; TAVARES, M.L. **Educação inclusiva:** a presença do sujeito surdo nesse cenário. Espaço Informativo Técnico-Científico do INES, RJ, n.35, p.4-12. Jan/Jun.2011.

HARDOIM, T.F.L. **O cogsentidos como facilitador da aprendizagem de estudantes surdos e ouvintes.** Cuiabá, MT: Instituto de Física/Universidade Federal de Mato Grosso, Dissertação (Mestrado). 2015.

KRASILCHIK, Myriam; MARANDINO, Martha. **Ensino de ciências e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2007.

LOPES, M. C. **Surdez & Educação** 2 ed.rev. ampl.- Belo Horizonte: Autentica Editora, 2011.

MACIEL, MARIA REGINA CAZZANIGA. **Portadores de deficiência:** a questão da inclusão social. São Paulo Perspec., São Paulo, v. 14, n. 2, June 2000 .

STAINBACK, Susan; STAINBACK, William; LOPES, Magda França. **Inclusão:** um guia para educadores. 1999.

VYGOTSKY, L. S. **Psicologia da arte.** São Paulo: Martins Fontes, 2001